

Ambiente

BAHIA: 4 ANOS PARA A DEVASTAÇÃO TOTAL.

É a conclusão dos cientistas locais, depois de fazer um levantamento da Mata Atlântica no Estado.

Em 1930 havia no Sul da Bahia uma mata contínua de 1,5 milhão de hectares. Em 1972 ela estava reduzida a 700.000 hectares, ou seja, 47% da extensão verificada em 1930. Doze anos depois, em 1984, a mata ocupava apenas 183.000 ha, 12% da área original. Mais três anos se passaram e cientistas da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e da Sudepe fizeram um levantamento dos recursos florestais da região: apenas 58.525 ha de mata, divididos em várias áreas. E chegaram à conclusão que em 1992 não haverá mais vestígios da floresta na Bahia.

Ela é conhecida como Mata Atlântica, e antes se estendia ao logo e sobre a cadeia montanhosa que vai desde as proximidades do cano de S. Roque, no Rio Grande do Norte, até as serras do Herval e Tapes, no Rio Grande do Sul, passando pelas serras Geral, do Mar, da Mantiqueira, parte da serra do Espinhaço e morrendo no Planalto da Borborema.

É hoje classificada como o ecossistema florestal pluvial mais ameaçado do mundo e já está extinto da Bahia para cima. Assemelha-se à floresta amazônica e na Bahia foi descrita pelo cientista Andrade-Lima como a "híleia baiana", ou "floresta Perenifolia Latifolia Hidrófila Hileana Baiana". Hoje, do que resta, as maiores áreas estão em mãos de empresas madeireiras, como a "Brasil-Holanda (Bralanda)" e Celulose do Sul da Bahia, uma subsidiária da estatal Companhia Vale do Rio Doce.

A destruição, nos últimos anos, avançou ao ritmo de 100 hectares por dia, da fronteira da Bahia com o Espírito Santo até o polígono produtor de cacau, que começa no município de Una. Esperava-se que a região produtora de cacau barrasse a devastação, já que a cultura precisa de sombreamento oferecido pelas árvores que chegam a 40 metros de altura. Mas não apenas conteve o ritmo. De 100 ha, a devastação caiu para 50 ha por dia. A extração desenfreada de madeira está ultrapassando a região cacaueira, já atinge o município de Itacaré, próximo ao Recôncavo Baiano, onde há algumas manchas de mata. Para trás ficaram apenas alguns resquícios do que foi a Mata Atlântica.

A destruição da mata teve o incentivo dos governos federal, estadual e municipal. Em determinada época, por exemplo, os cacauicultores só tinham acesso ao crédito para o plantio se erradicasse a mata. A exploração madeireira levou para a região 230 serrarias, a maioria de capixabas, e fez surgir cidades inteiras — como Itabela, onde serrarias, a título de incentivo,

não tinham obrigação de plantar uma árvore sequer, e Eunápolis, hoje o principal pólo do Extremo Sul, que orgulhava-se de ter uma serraria em cada rua.

Quando já não há na mata madeira de interesse das serrarias, entra em cena os carvoeiros, que se encarregam de limpar a área para a plantação de capim. A cada dia aumenta o número de caminhões carregados de carvão vegetal nas estradas, cruzando com o que levam toras de madeira. O destino é as siderúrgicas de Minas Gerais ou empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, que no segundo choque da crise do petróleo substituíram parte de seus equipamentos para ter o carvão como fonte de calor. No município de Prado, por exemplo, em uma propriedade particular, há dois mil fornos que funcionam 24 horas por dia. Cada um deles queima 5 metros cúbicos de cada vez, numa operação que dura quatro dias.

Quando os carvoeiros saem, fica o deserto e as terras já pobres (latossolos) são lavadas pelas chuvas tropicais. Chuvas que nos últimos anos tornaram-se menos frequentes e mal distribuídas, dificultando a vida dos agricultores. A devastação tem transformado também rios perenes em temporários e os ecologistas temem que, com o tempo, fenômenos como a seca que atingiu a região (a pior dos últimos 50 anos), no ano passado, se repitam a intervalos cada vez mais curtos.

Suborno e fiscalização

O ex-delegado do IBDF na Bahia, Everaldo Alcântara, afastado há três meses por ter sido indicado por parlamentares que votaram por um mandato de quatro para o presidente José

Sarney, calcula que apenas 10% dos desmatamentos realizados no estado são devidamente regularizados pelo IBDF.

Para ele, o órgão na Bahia sofre de duplo mal: falta funcionários, equipamentos e está minado pela corrupção. Já o madeireiro e deputado estadual do PMDB, Maurício Cotrim, até hoje não entende o estranho privilégio concedido à empresa Brasil-Holanda (Bralanda), dona de uma vasta área no município de Prado, na Mata Atlântica, e já envolvida em denúncias de grilagem de terras. O IBDF concedeu uma "licença especial" para desmate e comercialização de madeira com validade por 15 anos. Isto quando estas licenças, por portaria do próprio órgão, têm validade de apenas um ano. A da Bralanda foi concedida em 1982 e é válida até 1997.

O deputado denunciou, também, que em todo o Sul de Bahia há diversas "empresas" que comercializam guias do IBDF. "E isso é feito abertamente, todo mundo sabe onde as guias podem ser compradas, até mesmo os fiscais do IBDF. É só o madeireiro comprar, preencher com a quantidade que quiser e tudo bem."

Em maio deste ano, os engenheiros florestais Dan Erico Lobão, Elizabeth Fernandes, o biólogo Luís Alber-

to Silva e o engenheiro agrônomo e Ph.D em ecologia Sergio Guimarães da Vinha apresentaram à Ceplac uma proposta de programa em pesquisa de floresta, sugerindo uma série de medidas para a manutenção e restabelecimento de equilíbrio biológico dos últimos remanescentes da Mata Atlântica na região. Neste plano, a grande preocupação era plantar árvores em nascentes de rios. Isso para evitar que a ameaça de eles secarem em função da devastação se concretize.

Areia monazítica

As barreiras brancas e róseas avistadas por Cabral no litoral do Sul da Bahia — quando a esquadra foi reabastecer-se de água no rio Cahy, hoje situado no município de Prado, na área do arraial de Cumuruxatiba, e que foram descritas pelo escrivão oficial, Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao rei de Portugal — estão sendo irremediavelmente descaracterizadas para possibilitar a exploração de uma nova riqueza da região, a areia monazítica.

Para a retirada do mineral a empresa Conemp, uma empreiteira que presta serviço para a Nuclemon (subsidiária da Nuclebrás), além de esburacar a praia (a areia monazítica, de cor preta, é encontrada junto com a areia da praia) com tratores que trabalham durante todo o dia, está escavando na base das falésias, desnudando as encostas — algumas de 90 graus — e levando a um aceleração do processo de erosão.

A empresa, que foi notificada pelo Centro de Recursos Ambientais da Bahia, é acusada também de interromper, em determinados momentos, o fluxo de pequenos rios na desembocadura no mar para dar passagem a cambas que transportam a areia monazítica para a unidade de separação. O processo que consiste na lavagem e decantação da areia (a monazítica é mais pesada), embora não provoque poluição química, suja a praia numa faixa de mais de 100 metros.

Demóstenes Teixeira

"Demônio do parque": o maior inimigo dos índios e madeireiros.

"Estão destruindo o Parque Nacional de Monte Pascoal, este paraíso ao qual dediquei a minha vida. Nos 28 anos que vivo aqui no parque já devo ter produzido relatórios que empilhados alcançariam a altura do monte, mas entra governo e sai governo e nada é feito. E todo dia árvores são derrubadas, vejo os 'claros' se ampliando na mata."

O desabafo é do guarda florestal Milton Vieira Barros (foto), de 46 anos, que divide com outro guarda, Manoel Vieira, a responsabilidade de vigiar os 22 mil hectares que compõem a reserva — um dos poucos maciços da Mata Atlântica primária ainda existentes na Bahia. O Monte Pascoal foi o primeiro acidente geográfico avistado por Cabral quando da sua chegada ao Brasil, em 1500.

Milton é chamado de "o demônio do parque" pelos 1.200 índios remanescentes da nação pataxó que ocupam 8 mil dos 22 mil hectares da reserva. O "demônio do parque" é o inimigo número um dos índios que estão aos poucos destruindo a mata, corrompidos por madeireiros inescrupulosos que os pagam para invadirem a reserva e derrubarem o pouco que resta do precioso jacarandá da Bahia, uma árvore típica da Mata Atlântica baiana que está em processo de extinção, assim como o pau-brasil — árvore típica do Brasil encontrada em abundância pelos portugueses na época do descobrimento.

O jacarandá, abundante na década de 1930, hoje é tão raro que não tem cotação no mercado madeireiro do Sul da Bahia. Um toro que surja, por menor que seja, é motivo de disputa entre os madeireiros e o preço pago "dá para remediar seu dono, no mínimo, por três anos". E como praticamente já não há jacarandá na região, não é difícil deduzir que o pouco que chega às madeireiras é proveniente do parque de Monte Pascoal.

Outra reserva ameaçada pela ineficiência do IBDF é o recém-criado Parque Nacional da Chapada Diamantina, de 152 mil hectares, na região central da Bahia. O parque não foi ainda efetivamente implantado, mas o decreto que o criou e a falta de fiscalização fizeram com que fazendeiros da região acelerassem o processo de desmatamento, a ponto de em dezembro último as queimadas ilegais terem ameaçado transformar-se num incêndio generalizado de proporções inimagináveis. As chuvas afastaram o perigo mas as perdas foram incalculáveis. Na Chapada há outro grave problema: os garimpos mecanizados ilegais que proliferam na região, destruindo corredeiras e cataratas.

Mico-Leão

Caso o IBDF não adote medidas urgentes para a preservação de uma pequena mancha da Mata Atlântica original existente no município de Una, a 550 quilômetros de Salvador, dentro de poucos anos não restará mais nenhum exemplar do primata Mico-Leão-de-Cara-Dourada (*Leontopithecus rosalia Chysonelas*), cuja existência está restrita à região e se encontra definitivamente ameaçado de extinção. A advertência é feita por cientistas da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, do Rio de Janeiro, e por técnicos do IBDF.

Dos 11.400 hectares da Reserva Biológica da Una — criada em 1980 especificamente para garantir a sobrevivência de uma infinidade de espécies importantes da fauna e flora características da Mata Atlântica, especialmente o Mico-Leão-de-Cara-Dourada que tem na região o seu habitat natural — apenas 5.342 hectares foram efetivamente adquiridos pelo IBDF. Desta área, apenas 2.735 hectares encontram-se com suas matas inalteradas ou com alterações consideradas insignificantes.



Agilberto Lima